

Reflexões sobre o papel do Jornalismo Ambiental diante dos riscos da sociedade contemporânea

Reflections on the role of Environmental Journalism in face of the risks of contemporary society

Eloisa Beling Loose*, Ângela Camana**

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e bolsista CNPq. Integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental CNPq/UFRGS e do Grupo de Pesquisa Interfaces: Comunicação, Educação e Meio Ambiente da UFPR. Rua XV de Novembro, 1299 - Centro, Curitiba - PR, 80060-000, Brasil. (eloisa.loose@gmail.com)

** Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação na UFRGS, com bolsa CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental CNPq/UFRGS. Av. Paulo Gama, 110 - 7º andar - Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060 (angela.camana@hotmail.com)

Resumo

Este texto de caráter analítico-reflexivo pretende discutir o papel e as potencialidades do Jornalismo Ambiental, enquanto concepção transformadora do pensamento moderno e hegemônico – no qual homem e natureza aparecem separadas –, diante da perspectiva que a sociedade contemporânea está cercada por riscos advindos da intensificação da relação entre o capitalismo e o desenvolvimento tecnológico. Busca-se compreender como o Jornalismo Ambiental, comprometido com a sustentabilidade da vida, pode auxiliar no enfrentamento de tais riscos a partir de uma breve análise de notícias sobre deslizamentos publicadas sem levar em conta os preceitos de um jornalismo engajado nem o princípio de precaução – este último visto como fundamental quando se lida com incertezas.¹

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental; Riscos; Enfrentamento; Problemas ambientais; Princípio da precaução

Abstract

This analytical and reflective text discusses the role and potentiality of Environmental Journalism while transforming conception of modern and hegemonic thinking - in which man and nature appear separated - given the perspective that contemporary society is surrounded by risks arising from the intensification of the relationship between capitalism and technological development. It seeks to understand how the Environmental Journalism, committed to the sustainability of life, can assist in overcoming such risks from a brief analysis of news about landslides published without regard to the precepts of an engaged journalism nor the precautionary principle - the latter seen as crucial when dealing with uncertainties.

Keywords: Environmental Journalism; Risks; Confrontation; Environmental Problems; Precautionary Principle.

1 Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada ao II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental (ENPJA), realizado em Porto Alegre (RS - Brasil) em maio de 2014

Notas introdutórias

Tornaram-se frequentes as notícias sobre enchentes, tornados, deslizamentos, derramamentos de substâncias tóxicas, dentre outros problemas ambientais, e isto é reflexo não apenas do maior alcance e das facilidades de acesso e transmissão derivadas das tecnologias de informação e comunicação, mas também do fato de que nunca antes tivemos uma população de sete bilhões de habitantes na Terra e, conseqüentemente, que sua sobrevivência dentro de uma lógica capitalista não passa despercebida. Soma-se a isso o intenso processo de globalização que nos envolve, especialmente a partir da década de 1970, que, segundo Porto-Gonçalves (p.25), "traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente". Vale lembrar, porém, que os efeitos desta mudança em termos de costumes e organização social emergiram a partir do século XVII na Europa e passaram a influenciar, em graus diferentes, toda a escala global de forma crescente. Tal período é chamado por Giddens (1991) de modernidade².

Há autores que analisam o momento atual, resultado da modernidade, como de crise civilizacional, como Boff (2012), e outros que denominam o período como de desafio ambiental³, como Porto-Gonçalves (2006), porém eles têm em comum a preocupação em revelar que o tipo de relação que a sociedade teve com a natureza até os dias atuais não deve ser perpetuado, considerando que o homem tenha preocupação em sobreviver e dar continuidade a sua espécie. Neste texto, opta-se por seguir a perspectiva de Beck (2010) que verifica na contemporaneidade uma sociedade de risco, que, ao mesmo tempo, produz riquezas e contribui para a produção social de riscos, e está afinada com as abordagens já citadas sobre o período de tensão nas relações sociedade-natureza.

Esta escolha justifica-se pelo interesse das autoras em verificar como os riscos – que hoje parecem estar em todas as partes – são noticiados e como podem ser incorporados na cobertura ambiental. Concorda-se com Porto-Gonçalves (2006) quando ele relaciona a expansão da sensação de risco ao modelo de desenvolvimento adotado que não considera os limites da ação humana na natureza. Para ele:

A caracterização da sociedade como "sociedade de risco" traz um componente interessante para o debate acerca do desafio ambiental, na medida em que aponta para o fato de que os riscos que a sociedade corre são, em grande parte, derivados da própria intervenção da sociedade humana no planeta (reflexividade), particularmente derivada das intervenções técnico-científicas. Assim, sofreremos, reflexivamente, os efeitos da própria intervenção que a ação humana provoca por meio do poderoso sistema técnico que moderno-colonialmente se impõe (Porto-Gonçalves, 2006, p.69).

2 Assume-se o entendimento de Giddens (1991, p.192), no qual a "modernidade é inerentemente globalizante, e as conseqüências desestabilizadoras deste fenômeno se combinam com a circularidade de seu caráter reflexivo para formar um universo de eventos onde o risco e o acaso assumem um novo caráter".

3 Para Porto-Gonçalves (2006, p.61), o desafio ambiental se constitui junto com um período histórico que se inicia nos anos 1960/70 e "está no centro das contradições do mundo moderno-colonial. Afinal, a ideia de progresso, e sua versão mais atual, desenvolvimento, é, rigorosamente, sinônimo de *dominação da natureza!* Portanto, aquilo que o ambientalismo apresentará como desafio é, exatamente, o que o projeto civilizatório, nas suas mais diferentes visões hegemônicas, acredita ser a solução: à ideia de *dominação da natureza* do mundo moderno-colonial, o ambientalismo coloca-nos diante da questão que *há limites para a dominação da natureza.*"

Diante disso, o autor afirma que as lutas não são mais contra as dinâmicas da natureza, e sim contra as consequências da própria interferência humana (derivada de uma racionalidade instrumental) no meio no qual vive e do qual depende. Compreender a complexidade das relações que estão envoltas nas problemáticas ambientais, assim como revelar a possibilidade de outros caminhos, a partir de outra racionalidade que seja integradora e não dominadora, abarcam a concepção de um jornalismo comprometido e engajado com a sustentabilidade da vida.

Pressupõe-se, assim, que o Jornalismo Ambiental pode contribuir para o enfrentamento e compreensão dos riscos inerentes à sociedade contemporânea. A reflexão que segue busca articular a construção social dos riscos com as contribuições que o jornalismo pode dar para disseminar outras ideias, compatíveis com o cuidado e o saber ambiental. O princípio da precaução é lembrado como ponto prioritário no fazer jornalístico responsável. A estruturação teórica do artigo leva em conta três aspectos: a construção dos riscos, a discussão sobre a percepção da vulnerabilidade na sociedade contemporânea e as possibilidades do Jornalismo Ambiental diante deste cenário. Em seguida, uma breve análise sobre notícias e artigos jornalísticos referentes a deslizamentos (que pode ser considerado um risco frequente na época de chuvas em certas regiões do Brasil) é realizada com o objetivo de verificar se aspectos do Jornalismo Ambiental são incorporados e quais os enfoques dados pela imprensa de referência sobre estes riscos (por meio da verificação de fontes e abordagens). As considerações finais revelam a fragilidade de notícias pouco contextualizadas, calcadas predominantemente em fontes oficiais e descoladas dos pressupostos de um jornalismo comprometido com o interesse público, e apontam para formas de melhor informar e contribuir para o enfrentamento dos riscos.

O que são riscos?

Os riscos, que podem ser vistos como a percepção do perigo ou da ameaça, não surgem com a modernidade; eles já eram percebidos e definidos há muito tempo, desde a Renascença na Itália (Veyret, 2007). Contudo, a preocupação pela segurança máxima, originada pela elevação do nível de vida nas últimas décadas, especialmente das sociedades ocidentais, e apoiada na crença que o desenvolvimento científico e suas técnicas sofisticadas seriam capazes de conter possíveis ameaças, fez com que emergisse uma recusa em relação à incerteza⁴ e ao risco.

Também é preciso dizer que os riscos do passado não eram necessariamente os riscos que se percebem hoje, em razão de esta categoria ser uma percepção da potencialidade de acidente ou catástrofe que existe apenas em relação a um grupo de indivíduos que o apreende e com ele convive. Como construção social, o risco não depende somente de processos objetivos e, por isso, diferentes culturas percebem a mesma situação com variados ou até mesmo opostos graus de risco.

Veyret (2007) destaca o papel do contexto histórico na construção dos riscos, assim como do território e das relações sociais ali estabelecidas e lembra que as percepções de risco podem ser individuais ou coletivas. Ela aponta como primeira etapa fundamental da gestão dos riscos a relação da população com o acontecimento possível e com a representação dele. A autora exemplifica: "nas sociedades em que o

4 A incerteza é definida por Veyret (2007, p.24) como "a possibilidade de ocorrer um acontecimento perigoso sem que se conheça sua probabilidade".

perigo é considerado fatalidade ou punição divina, as populações permanecem passivas e têm muita dificuldade em admitir que podem gerir o perigo” (Veyret, 2007, p.48). Aqui se ressalta o papel do jornalismo como construtor e legitimador de discursos, que contribui para disseminar representações (não apenas sobre riscos, mas também a respeito deles).

O risco pode também ser compreendido como um perigo calculável ou, de outro modo, como um acontecimento previsível (seja devido a sinais prévios, seja devido à repetição do processo que permite o estabelecimento de uma frequência). Deste modo, um acontecimento totalmente imprevisível não pode ser visto como risco, já que está no domínio da incerteza.

Ligado a este conceito está a vulnerabilidade ou fatores de vulnerabilidade, que são as fragilidades de um sistema ou conjunto (que podem estar vinculadas à alta densidade humana, à precariedade nas estruturas de moradia, a áreas vulcânicas ou de cheias, etc.). A vulnerabilidade pode ser mensurada e é posta como um fundamento do risco.

Veyret (2007, p.63) apresenta uma tipologia de riscos presentes na contemporaneidade, mas neste texto detêm-se nos ambientais - aqueles que “resultam da associação entre os riscos naturais e os riscos decorrentes de processos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação do território”. Os primeiros referem-se aos riscos percebidos decorrentes de um acontecimento possível atrelado a um processo físico, como terremotos, desmoronamentos de solo e erupções vulcânicas. Já os segundos possuem a interferência da ação humana, o que pode intensificar determinados processos físicos passíveis de perigo, como incêndios, enchentes, poluições e desertificações.

Sobre os riscos ambientais pode-se afirmar, a partir de Hannigan (2009), que eles estão muito ligados às descobertas científicas, tais como aquecimento global ou contaminação por pesticidas. Baseado em Yearley (1992), Hannigan trata da construção social dos problemas ambientais e destaca que estes se originam frequentemente na área de ciência, justamente porque as pessoas comuns não têm a expertise e os conhecimentos necessários para verificar problemas novos. Ainda que existam situações mais relacionadas com as experiências cotidianas, como é o caso dos resíduos tóxicos, que provocam problemas visíveis no dia a dia das populações que convivem com eles, as pesquisas científicas tendem a ser a forma mais comum de legitimar o que, de fato, é um risco ambiental.

Entretanto, a suposta validade do risco apontada pelos cientistas (a validação dos argumentos do problema ambiental) nem sempre significa que medidas para combatê-lo serão tomadas, visto que a conjuntura social e demais fatores políticos e econômicos também estão atrelados aos interesses de evidenciar ou não um risco ambiental. Também é preciso lembrar que os cientistas divergem e nem sempre conseguem dar conta da complexidade de situações e substâncias que estão presentes hoje no ambiente. Douglas e Wildavsky (2012, p.61) pontuam esse aspecto:

Os cientistas discordam com relação à existência ou não de problemas, qual solução propor e se uma intervenção promoveria melhora ou piora na situação. Um cientista visualiza a Mãe Natureza secretando uma saudável quantidade de sujeira, enquanto outro o imagina sendo forçada a ingerir poluentes letais. Não admira que o leigo comum tenha dificuldade em acompanhar a discussão, nem que para os cientistas seja difícil apresentar-se em público.

Tendo em vista estas considerações, fica claro que é bastante difícil conhecer os riscos que enfrentamos

agora e que nos afetarão no futuro, seja pelos diferentes contextos sociais, seja pela dificuldade de se obter um consenso entre cientistas e/ou ainda uma aproximação de ideias entre cientistas e os demais setores da sociedade. Entretanto, ainda que eles não sejam evidentes, a opção mais sensata é agir com precaução. Como os riscos são incontroláveis, em termos conceituais, não há como saber se a forma como os combatemos é suficiente, porém, adota-se a postura de que “é preciso agir, mesmo sem saber o que nos espera ao longo do caminho que escolhermos tomar” (Douglas e Wildavsky, 2012, p.4).

Vale esclarecer também a diferença de perspectivas existentes entre Beck e o círculo de pesquisa de Douglas-Wildavsky, encontrado na obra de Hannigan (2009): ainda que estes trabalhem com o risco em uma perspectiva social de construção, os autores diferem na compreensão da realidade sobre os riscos que estão presentes hoje. Beck apresenta uma visão apocalíptica do futuro, enquanto os demais autores relativizam o alarmismo posto no cenário atual. Neste texto, aproxima-se do pensamento de Beck (2010), justamente por se compreender a contemporaneidade como um momento de crise, de desafio ambiental.

Percebendo os riscos

A percepção de riscos é um processo social, vinculado a combinações de confiança e medo, no qual questões culturais afetam o julgamento sobre quais perigos e riscos devem ou não ser temidos (Douglas e Wildavsky, 2012). Está relacionada também ao poder e, conseqüentemente, às maneiras pelas quais os riscos são emoldurados pelo Estado, grupos econômicos e veículos de comunicação social. Muitas vezes o conhecimento sobre riscos e até as formas de enfrentá-los são difundidos pela mídia, em especial pelo jornalismo, fazendo com que este espaço torne-se um meio importante para o surgimento (ou não) da percepção de determinado risco.

As mudanças causadas pelas novas tecnologias da comunicação e informação tornaram o ritmo da difusão dos fatos ainda mais acentuado. A partir disso, fenômenos podem ser divulgados em tempo real, ampliando ainda mais a percepção de que o planeta sofre, cada vez mais, mudanças maiores e/ou em intervalos de tempo menores. Del Vecchio de Lima *et al.* (2013, p.156), em capítulo sobre a percepção da amplitude das mudanças climáticas, consideram que:

Esta aparente intensificação de eventos extremos, em geral associados pelos meios de comunicação de massa às mudanças climáticas globais, estabelece um imaginário comum na sociedade, que se percebe cada vez mais frágil e vulnerável a todos os tipos de riscos socioambientais.

Esta sensação ou interpretação também é construída simbolicamente a partir de um discurso global (muitas vezes mediado pelo jornalismo), possível em função do grande alcance dos meios de comunicação. Sobre a percepção do risco, Bouzon (2009) afirma que ela é eminentemente subjetiva e que, muitas vezes, não corresponde à verdadeira amplitude da potencial ameaça. Além disso, a autora coloca que a comunicação é indissociável do processo da gestão da incerteza, podendo ser fonte de geração de riscos ou meio de atenuá-los.

Os discursos hegemônicos adentram com facilidade no nosso cotidiano em função da alta conectividade da informação em uma sociedade que se transformou sedenta por novidades, na qual não apenas grandes

conglomerados alimentam o sistema, mas também pessoas comuns registram fatos próximos e divulgam na rede global. Ressalta-se, todavia, que a circulação da pluralidade da produção da informação ainda é muito limitada: "os meios de comunicação dominantes são controlados por um pequeno número de poderosos que têm o poder de se dirigir a um grande número de cidadãos através do planeta" (Galeano, 2006, p.146) e, conseqüentemente, em função de seus interesses (não apenas) editoriais, existe a restrição ou o silenciamento de muitas vozes. O resultado disso, muitas vezes, é o discurso uníssono, que importa somente a uma elite em detrimento de bilhões de pessoas, e que, por ser repetido e legitimado através dos meios de comunicação de massa, passa a ser compreendido como 'verdade' (ou como afirmações indiscutíveis).

O grande volume de informações faz com que, de maneira constante, os veículos de comunicação busquem dar voz aos especialistas consagrados, os quais detêm o reconhecimento dado pela ciência, com o objetivo de se diferenciar dos outros tipos de informação (sem fontes consideradas legítimas). É esse discurso, calcado nas mesmas instituições e fontes já possuidoras de prestígio, que será distribuído em escala planetária e auxiliará na sustentação de dadas percepções em públicos dos mais diversos meios sociais e culturais.

No caso específico de riscos, as fontes com expertise dominam as vozes das notícias que envolvem ameaças ou incertezas. Estes indivíduos foram legitimados na modernidade como aqueles capazes de gerenciar todos os problemas possíveis, ainda que a verdade não seja esta.

Giddens (1991) fala dos sistemas peritos para se referir à confiança⁵ que as pessoas têm no conhecimento científico nas dimensões atuais. Estes sistemas, centrados na ciência, "geralmente funcionam como se espera que eles façam" (Giddens, p.39) e, por isso, recebem a confiança das pessoas que possuem menos conhecimento sobre dado assunto. Segundo o autor, o fato de que apenas alguns poucos conseguem estudar para compreender a ciência é uma razão pela qual grande parte da sociedade não tem consciência da falibilidade potencial do fazer científico.

Apontando para o início de uma mudança em relação à confiança na ciência, Beck (2010) afirma que a partir da modernidade reflexiva a ciência passa a ser observada "como produto e produtora da realidade e de problemas que cabe a ela analisar e superar" (Beck, p.236), mudando a imagem que tem de si mesma e contribuindo para a desmistificação do campo, que passa a demonstrar níveis insegurança a respeito de seus fundamentos e conseqüências. Este autor sublinha que o desenvolvimento técnico-científico tornou-se contraditório na medida em que ele se torna cada vez mais necessário e, ao mesmo tempo, "menos suficiente para a definição socialmente vinculante de verdade" (Ibid., p.237), pois a previsibilidade de seus efeitos é cada vez menos certa e mais exposta, e os embates entre as explicações e práticas de cada superespecialização são evidentes.

A partir da emergência dos riscos da modernização, as diversas áreas científicas são obrigadas a repensar suas formas de atuação e de argumentação científica, acarretando uma crítica do seu próprio fazer. A cientificização reflexiva coloca em xeque a ciência e seu monopólio de pretensões, buscando atrelá-las diretamente com as práticas sociais. Assim, os usuários dos resultados científicos e seus divulgadores (de

5 Giddens (1991, p.44-45) define confiança como "crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico)".

um modo geral, a mídia) se veem mais dependentes de argumentos científicos e mais independentes de descobertas específicas ou do juízo da ciência sobre a verdade ou falsidade de suas declarações. Por outro lado, a clarificação da incerteza científica “abre a porta para a criação e a contestação dos problemas ambientais” (Hannigan, 2009, p.145), promovendo discussões sobre a busca de certezas e a real necessidade de assumir medidas preventivas ou ser guiado por um princípio da precaução.

4. Potencialidades do Jornalismo Ambiental

Em uma sociedade cada vez mais interligada e interdependente, a comunicação ocupa lugar central no cotidiano dos indivíduos, os quais se apropriam do conteúdo de diversas maneiras (não se considera apenas a sua função informativa, mas também seu potencial para o entretenimento e para auxiliar em processos educativos, por exemplo). No labirinto da comunicação, destaca-se a posição do jornalismo, o qual passa por processos de crises e de reconfigurações nas últimas décadas, situação acelerada pelo advento das novas tecnologias (Neveu, 2006).

As renovações experimentadas permitem retomar a discussão sobre os valores e as funções fundamentais ao exercício jornalístico, que estão em constante disputa devido às pressões econômicas do mercado e à ideologia da profissão. Assim, cabe ressaltar que “[...] o maior valor de um veículo é a informação de interesse público – temas, fatos, declarações, revelações que todo dia interessam a todos em um mundo inter-relacionado, pois podem beneficiá-los ou prejudica-los” (Karam, 2004, p. 91).

Neste contexto de reestruturação, o Jornalismo Ambiental⁶ cumpre papel importante, pois suas premissas envolvem atentar para a visão complexa, sem a qual não se pode compreender o todo social. Este jornalismo, comprometido com o meio ambiente, assume três funções primordiais: a informativa, a política e a pedagógica (Bueno, 2007) A função informativa é inerente ao jornalismo enquanto campo e diz respeito ao compromisso com a informação de interesse público e engajada com a verdade; a função política não se dá no sentido partidário ou institucional, mas sim quando da compreensão de que o jornalismo capacita o sujeito para o exercício da cidadania; a educativa é explicada por Girardi *et al.*, (2011, p.49):

Para contemplar a função educativa, é necessário que os jornalistas se percebam como agentes de transformação social e coloquem sua profissão a serviço da melhoria da qualidade de vida. [...] Dessa forma, o leitor, ouvinte, telespectador ou internauta poderá compreender as inter-relações dos fatos e, inclusive, a relação de suas práticas cotidianas com a crise ambiental.

Nesse sentido, a proposta do Jornalismo Ambiental pode auxiliar na compreensão dos interesses que envolvem a construção dos riscos (e as percepções correspondentes a estes), já que possui uma leitura ampla e complexa dos fatos. Faz-se importante notar sua potencialidade especialmente na divulgação de

6 Diferencia-se aqui a concepção de Jornalismo Ambiental, com premissas articuladas à epistemologia ambiental, de outros tipos de jornalismo que apenas veem o meio ambiente como mais uma temática a ser desenvolvida (o que se pode chamar de jornalismo de/sobre meio ambiente).

informações que requeiram ações, mesmo quando as evidências científicas não forem certas ou totalmente verificáveis, tendo em vista sua perspectiva mobilizadora.

Logo, frente aos desafios impostos pela contemporaneidade, o Jornalismo Ambiental une a visão complexa à pluralidade de fontes e vozes na construção de notícia, revelando-se engajado com o meio ambiente e com todos os cidadãos. Para este tipo de jornalismo especializado, a elaboração da notícia ou da reportagem não passa apenas por fontes de caráter oficial – sejam estas dos campos político, econômico ou científico –, mas atravessa diversos campos de conhecimento e incorpora os saberes populares na busca da informação. A contextualização profunda e a busca por evidenciar as conexões presentes no fato, que costumam extrapolar os limites das editorias, também são características do jornalismo que leva em conta o caráter híbrido e interdisciplinar das questões ambientais.

Por ser comprometido com a natureza e com a sociedade, e por ter como prerrogativa a promoção da cidadania, o Jornalismo Ambiental se localiza em uma posição privilegiada no que se refere à comunicação sobre os riscos. Isto porque mais que informar sobre o risco, objetiva atentar para as razões e efeitos deste, empoderando os públicos para ações mais efetivas junto aos causadores dos riscos e, em outros casos, possibilitando que o exercício da cidadania ocorra e que mudanças de atitude se disseminem.

Além disso, assinala-se que o princípio da precaução, que desde os anos 1980 constitui uma resposta à incerteza e aos riscos, não deve ser esquecido no fazer do Jornalismo Ambiental. Toda vez que o conhecimento científico ou técnico não permitir eliminar dúvidas ou apontar certezas, deve-se optar pela precaução, tendo em vista a possibilidade da irreversibilidade dos efeitos causados. Hannigan (2009, p.145) ratifica que “a racionalidade atrás desta visão é que vai ser tarde demais para responder efetivamente, se nós esperarmos por uma resolução científica final, anos a fio”.

A incerteza científica não pode servir de argumento para que se reduzam os esforços de prevenção diante do desconhecimento do perigo. Ao contrário, a não certeza das consequências de dado produto ou situação exigem que a sociedade pense nas gerações futuras e não exclua ou dificulte sua sobrevivência.

Pensando os riscos ambientais sob a ótica do Jornalismo Ambiental

Quando se pensa na gestão dos riscos, a comunicação é chamada à tona, já que acompanha os processos e medidas de negociação entre técnicos, administradores e a sociedade civil como um todo. Neste sentido, Veyret (2007, p.16) faz alguns questionamentos: “Como informar? O que deve ser privilegiado, precisão técnica e científica ou a compreensão pelo grande público? Como apresentar as dúvidas e as incertezas, sabendo que certas campanhas de informação têm consequências negativas e que conduzem ao oposto do que era desejado?”. A partir destas colocações e dos pressupostos do Jornalismo Ambiental, analisam-se fontes, enfoque e contextos das notícias e artigos sobre os deslizamentos, atentando para como o risco é posto para o público nos jornais brasileiros conhecidos como de referência⁷.

Veyret (2007) coloca que entre os dois grupos de atores principais em situações de risco – sociedade civil e gestores – estão as mídias, “que desempenham um papel importante e ativo para construir o risco uma vez que delas dependem, em larga medida, certas percepções tais como a amplitude das mobilizações e

7 A ideia de jornalismo de referência é caracterizada não apenas por sua tiragem e circulação, mas também pela sua relevância na construção social da opinião pública, de acordo com Imbert e Beneyto (1986).

dos alertas” (Veyret, p.17). Assim, objetiva-se aqui observar como as notícias sobre riscos são construídas e que tipo de percepção revelam. Para a análise, foram selecionados artigos, notícias e reportagens *online* sobre os riscos de deslizamentos publicados pelos principais jornais do Brasil, enquadrados como aqueles de referência – *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*. O *corpus* foi selecionado por meio de busca realizada nos portais *online* dos citados jornais a partir das palavras-chave “risco” e “deslizamento”⁸, entre os meses de dezembro de 2012 e março de 2013, período de chuvas que tradicionalmente registra a maior incidência destes eventos na região serrana dos estados do Sul e Sudeste do Brasil. Foram encontradas 220 notícias e artigos jornalísticos ao total, sendo 67 da *Folha de S. Paulo*, 91 de *O Globo* e 62 do *O Estado de São Paulo* ⁹.

Embora deslizamentos de terra sejam fenômenos observáveis na natureza, a intensa atividade e ocupação humana agravam e multiplicam os riscos de desabamento em regiões serranas. Quando a vegetação que cobre topos e encostas dos morros é retirada e em seu lugar constroem-se residências e outras edificações, a água da chuva não é drenada de forma adequada, pode colapsar o solo e, por vezes, arrastar rochas, casas e carros com sua força.

Nos textos encontrados verificaram-se diferentes abordagens quanto aos riscos de deslizamentos e suas consequências. Para dar conta de uma análise qualitativa sobre os textos que enfocam riscos e deslizamentos para este artigo, fez-se uma categorização temática e priorizaram-se os textos com enfoque mais amplo e com possível relação com o Jornalismo Ambiental. Assim, os textos foram agrupados em cinco categorias: 1ª) textos que tratam a questão a partir da cobrança de políticas públicas e verbas; 2ª) textos que têm um caráter de serviço, por informar as condições de rodovias e a previsão do tempo, por exemplo; 3ª) textos que atualizam número de mortos, desalojados e danos materiais em decorrência de deslizamentos; 4ª) textos que não abordam riscos de deslizamentos e/ou suas consequências¹⁰; e 5ª) textos que propõem uma abordagem que pode ser considerada mais ampla e reflexiva – os quais foram observados com mais cuidado na segunda etapa deste trabalho.

No total de textos verificou-se a preponderância de notícias de serviço (como previsão do tempo ou situação de bloqueios de estradas) e sobre mortos, desalojados e prejuízos materiais. Juntas, estas duas abordagens são responsáveis por mais da metade dos textos encontrados: são 136 textos, sendo 70 sobre mortes e/ou danos e 66 com caráter de serviço. Averigua-se também a prevalência dos aspectos econômicos e políticos na abordagem dos riscos de deslizamento: 34 das 220 notícias e artigos deixam a situação ambiental e social em segundo plano diante de uma discussão sobre verbas e políticas públicas para a prevenção de desastres e recuperação de áreas atingidas. Embora a fiscalização das atitudes governamentais e do dinheiro empregado nestas áreas pertença ao jornalismo, também é sua função – segundo os princípios do Jornalismo Ambiental – promover a educação e afirmação social dos cidadãos, papel este que não é considerado quando se pratica um jornalismo apenas de tom acusatório.

8 A análise aqui feita não teve como preocupação a separação dos formatos e gêneros do jornalismo por compreender o produto jornal como um difusor de dados discursos e, por isso, importante na construção social dos riscos.

9 Em *O Estado de São Paulo* a busca pelas palavras-chave resultou em 78 textos. Após leitura, verificou-se que 32 deles eram idênticos, sendo apenas publicados em diferentes editorias. Dessa maneira, para esta análise optou-se por contabilizar apenas uma vez cada texto, totalizando 62 notícias.

10 Ao todo, 42 dos textos encontrados não abordam riscos de deslizamentos, embora contenham estas palavras em outro contexto.

A pluralidade de vozes, presente nas premissas do Jornalismo Ambiental, pouco pode ser percebida nas matérias encontradas n' *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Em todas as notícias são privilegiadas as fontes oficiais: membros da Defesa Civil, integrantes do Governo do Estado ou Prefeitura; além de especialistas, como geólogos e geógrafos. Isto aponta para o que Bueno (2007) acredita ser um problema persistente e um desafio para a prática do Jornalismo Ambiental: a síndrome da *lattelização* das fontes. Esta acontece quando os veículos dão prioridade às vozes ditas especializadas em detrimento dos saberes populares, sem considerar que:

O protagonismo no jornalismo ambiental, como de resto em qualquer campo do jornalismo, não se limita ao pesquisador ou ao cientista, mas inclui, obrigatoriamente, os que estão fora dos muros da Academia (muitas vezes excluídos em virtude de uma situação social injusta), como o povo da floresta, o agricultor familiar, o cidadão da rua. (BUENO, 2007, p. 37).

São apenas oito os textos encontrados que propõem uma abordagem mais ampla acerca da situação dos riscos de deslizamentos: três na *Folha de S. Paulo*, três no *O Globo* e duas em *O Estado de São Paulo*. Nos textos sobre riscos de deslizamentos da *Folha de S. Paulo*, embora careçam de uma abordagem mais profunda e complexa, há aspectos que evidenciam a tentativa de ampliar o entendimento dos riscos e atentar para medidas preventivas. Na notícia 'Volume de chuvas é apenas parte da receita da tragédia'¹¹, publicada em 20/03/13, discute-se sobre a questão dos estragos na região de Petrópolis (RJ). No texto, evidencia-se o volume das chuvas como um evento climático extremo a partir da comparação com o Reino Unido (onde o mesmo volume de chuva é registrado), e questionam-se os danos observados, atentando para a exploração do homem em relação à natureza e as consequências disto:

Outro dado provavelmente relevante: Petrópolis tem hoje menos de 30% da sua cobertura florestal original, ligada ao bioma da Mata Atlântica. Era essa cobertura original a responsável, em grande parte, por "segurar" a estrutura do solo e evitar o assoreamento de rios - portanto, prevenindo enchentes.

Na *Folha* também há um artigo de opinião, assinado pelo próprio jornal, publicado em 13/12/12. No editorial 'Riscos demais'¹², apresentam-se os dados sobre áreas de risco de deslizamento e os habitantes destas, bem como um breve retrospecto das políticas públicas de desocupação destas localidades. O texto atenta para o início do período de chuvas e cobra atitudes do poder público: "Em que pese as dificuldades - os próprios moradores costumam resistir à mudança-- e os custos envolvidos - estimados em R\$ 10,5 bilhões, cerca de um quarto do orçamento anual do município--, a tarefa não pode demorar tanto". Apesar do teor político do editorial, mencionam-se estimativas oficiais e lembra-se que o mais importante neste cenário é a segurança das populações vulneráveis, embora nenhum habitante seja ouvido.

11 <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1249240-analise-volume-de-chuva-e-apenas-parte-da-receita-da-tragedia-no-rj.shtml>

12 <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/1200532-editorial-riscos-demaiss.shtml>

Em 11/12/12, a *Folha* publicou a notícia 'SP tem 98 mil vivendo em área de alto risco'¹³. O texto apresenta dados do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) sobre áreas vulneráveis e faz um balanço das políticas públicas necessárias para atenuar a situação. Mesmo que se detenha em fontes da área científica (uma geóloga da prefeitura e um professor da Universidade de São Paulo -USP), a notícia alerta que, embora 15% da população que vivia em área de risco em 2011 tenha saído dessa situação, o cenário ainda é precário.

No jornal *O Globo* também são três os textos encontrados. Na notícia publicada em 31/03/13, 'Niterói tem 8.904 pessoas vivendo em área de risco'¹⁴, o jornal aborda a questão dos riscos de deslizamento a partir da história da cearense Noêmia de Souza, que junto com o marido aluga uma residência em área de risco, na qual três pessoas já morreram em desabamento. O texto traz dados do Departamento de Recursos Minerais sobre locais em situação vulnerável, além de entrevistar o presidente do Departamento sobre este estudo. São ouvidos também um professor de Engenharia Civil da Universidade Federal Fluminense, que critica medidas emergenciais, as quais não substituem as medidas preventivas; o vice-prefeito de Niterói, que aborda as ações do município para reverter a situação; e dá destaque a moradores de áreas de risco já atingidos por deslizamentos, que criticam a situação e cobram medidas mais efetivas. Luanda Ferreira Gomes, dona de casa, perdeu seu marido em um deslizamento em 2010, preso em escombros, e relatou as dificuldades para, até mesmo, conseguir seu atestado de óbito:

Hoje, Luanda mora no conjunto habitacional construído na Estrada do Viçoso Jardim, a poucos metros do Morro do Bumba, mas as lembranças ainda a atormentam. — Se pudesse, morava longe do Bumba. Passo ali todo dia e me culpo por ter morado em local de risco. E culpo mais ainda o governo por ter incentivado tudo aquilo — diz.

Nesta notícia há uma pluralidade maior de fontes e uma crítica ao descaso do problema causador de deslizamentos por parte do Governo, além do alerta sobre a necessidade de prevenção e não apenas de medidas compensatórias e/ou emergenciais. Esta é uma das poucas notícias analisadas que parece estar afinada com a perspectiva ideal do Jornalismo Ambiental.

Também sobre as dificuldades enfrentadas por moradores de áreas de risco é a notícia 'Moradores dizem não ter opção'¹⁵, publicada pelo *O Globo* em 07/01/13. Ainda que não problematize a ocupação irregular de áreas de preservação, o texto não é baseado somente em fontes oficiais ou cientistas, mas sim nos protestos dos cidadãos que de fato vivenciam o risco, como é o caso da aposentada Rosa Maria Borges. Ela vive em uma área de encosta considerada de alto risco e conta: "E não posso abandonar meu patrimônio. Não recebemos aluguel social e não temos para onde ir — diz Rosa, afirmando já ter uma estratégia para dias de chuva. — Deixo a bolsa arrumada com os documentos e a porta aberta para pular fora".

Ainda em *O Globo*, a notícia 'Chuvvas podem provocar tragédias mesmo que não caia um volume grande de água', publicada em 07/01/13, com base em estudos e em declarações de fontes oficiais, chama

13 <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1199280-sao-paulo-tem-98-mil-vivendo-em-area-de-alto-risco.shtml>

14 <http://oglobo.globo.com/bairros/niteroi-tem-8904-pessoas-vivendo-em-area-de-risco-7980563#ixzz2Wsgnor2I>

15 <http://oglobo.globo.com/rio/moradores-dizem-nao-ter-opcao-7211341>

atenção para os riscos com deslizamentos e enchentes, relacionando-os com as tragédias já ocorridas na região serrana do Rio de Janeiro. As ocupações desordenadas são citadas, mas a ênfase (que ocupa grande parte da notícia) são os estudos de mapeamento que estão sendo feitos a fim de orientar as ações da Defesa Civil.

Em *O Estado de S. Paulo*, foi publicada em 07/01/13 uma entrevista com a pesquisadora e professora titular de Arquitetura e Urbanismo da USP sobre os desafios do governo Haddad, 'Melhorar a cidade não é um processo revolucionário', diz Regina Meyer¹⁶. Mesmo que a entrevista não seja especificamente sobre riscos de deslizamento, a primeira pergunta apresentada é sobre o anúncio do prefeito sobre o monitoramento diário de áreas de riscos. A resposta dada pela professora não se prende ao plano político:

O monitoramento é apenas uma medida de emergência. A meta número zero do novo governo deve ser tirar as pessoas dessas áreas e oferecer alternativa de moradia. É inadmissível desabar o morro na cabeça das pessoas quando chove. É inconcebível fazer qualquer obra gigantesca na cidade se ainda existirem pessoas morando em áreas de risco.

Embora se trate de uma entrevista, o texto introdutório traz dados do IPT sobre áreas de risco e população afetada, cobrando ações da Prefeitura para a melhoria da cidade. Em *O Estado de S. Paulo* foi encontrado ainda um artigo de opinião assinado pelo próprio jornal sobre áreas de risco (publicada em 22/01/13)¹⁷ que, apesar de politicamente favorecer uma ação do prefeito Fernando Haddad (que autorizou a remoção de moradores de áreas de risco, mesmo contra a sua vontade), toca em questões importantes como a irresponsabilidade do Estado em deixar que a ocupação irregular chegasse a esse ponto e o aviso de que a medida não é preventiva, como afirma o governo, mas emergencial ("não é natural é uma cidade com 31 subprefeituras considerar essas áreas como sendo de risco só quando os temporais batem à porta").

Pela própria característica do jornalismo diário, de cobrir o factual, era esperado que *cases* e matérias com enfoques nas situações momentâneas fossem mais frequentes. Entretanto, acredita-se que o jornalismo de referência, que sistematicamente precisa noticiar sobre riscos ambientais, precisa incorporar elementos do Jornalismo Ambiental a fim de contribuir com entendimento dos riscos e as possibilidades de melhor enfrentá-los. Esta análise revela que ainda são poucos os textos (8 de 220) que podem ser identificados com uma abordagem mais ampla e com possível aprofundamento, atendendo algumas das premissas de um jornalismo mais qualificado e preocupado com a relação homem-natureza. Além disso, assinala-se que as percepções sobre riscos ainda são difusas - até para as pessoas diretamente afetadas por eles.

6. Considerações finais

A partir das análises realizadas constatou-se que, de maneira geral, as práticas reivindicadas pelo Jornalismo Ambiental ainda são ignoradas ou desconhecidas pelo jornalismo dito de referência, mesmo

16 <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,melhorar-a-cidade-nao-e-um-processo-revolucionario-diz-regina-meyer,981297,0.htm>

17 <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,areas-de-risco-,987276,0.htm>

quando tratamos de matérias com forte relação ambiental. Nem a pluralidade das fontes, nem a preocupação com a contextualização, permitindo que as conexões não visíveis sejam expostas, foram evidentes - mesmo tendo em vista o recorte que privilegiou o enfoque mais amplo dos textos. A maioria das notícias e análises sobre riscos possuem abordagens pontuais, não relacionando o leitor que não vive no local a se preocupar com a ocupação irregular, impermeabilização do solo, canalização de rios, entre outras ações do homem que agravam e colocam em perigo a condição de moradia dos mesmos em caso de chuvas fortes.

Também foi examinado que o princípio de precaução não aparece de forma clara, sendo convocadas medidas preventivas somente após experiências reais (que deveriam ser chamadas de medidas emergenciais, a propósito). Os textos analisados não se mostram alarmistas, porém, por outro lado, distanciam o problema do cotidiano das pessoas – o que é ratificado pela chefe do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres ao afirmar que as pessoas não acreditam que isso pode acontecer com elas¹⁸. Logo, a mídia de referência está deixando uma lacuna na construção de notícias sobre este assunto – e nas consequentes percepções do público- ao não informar sobre os riscos de modo que as pessoas os compreendam e tomem medidas para combatê-los.

A reflexão realizada antes de se observar as notícias aponta caminhos para uma sociedade mais consciente dos riscos que provoca e daqueles a que está sujeito a partir da informação qualificada presente na abordagem do Jornalismo Ambiental. Como indutora de percepções, a mídia, e em especial, o jornalismo, é chamado a assumir suas funções informativa, pedagógica e política, baseadas não apenas em fontes oficiais e científicas. Além disso, para o exercício jornalístico responsável sobre riscos, o princípio da precaução deve estar sempre presente. Se há razões para suspeitar que existam situações de risco, cabe também ao jornalismo, mediador e legitimador de discursos, colocar o sentido de cautela e vigilância na construção das notícias.

Por fim, sublinha-se que o Jornalismo Ambiental, a partir de seu comprometimento com a natureza e com os indivíduos, apresenta-se como uma possibilidade real para evidenciar e promover o enfrentamento dos riscos da sociedade atual. Faz-se necessário também que tais preceitos alcancem o jornalismo como um todo, pois os problemas ambientais e os riscos são assuntos híbridos que não devem ser restritos a um único espaço. Reivindica-se, desse modo, que o jornalismo, de forma ampla, assuma uma visão complexa e plural, contribuindo para superar o desafio ambiental que está posto.

Referências:

- Beck, U. (2010). *Sociedade de risco* - Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34.
- Boff, L. (2012). *Saber Cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes.
- Bouzon, A. (2009). A incerteza dos gestores da comunicação de risco diante das inovações na indústria. In: Kunsch, M. & Oliveira, I. (2009). *A comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações*. São Caetano do Sul-SP: Difusão Editora.
- Bueno, W. (2007) Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In: *Revista Desenvolvimento e*

18 Na notícia 'Difícil é convencer família a sair, diz coordenador', publicada na *Folha de S. Paulo* em 03/12/12. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/81573-dificil-e-convencer-familia-a-sair-diz-coordenador.shtml>

Meio Ambiente (Editora UFPR), 15, 33-44.

- Del Vecchio de Lima, M., Deschamps, M., Mendonça, F. (2013). A cidade e as mudanças globais: (intensificação?) Riscos e vulnerabilidades socioambientais na RMC - Região Metropolitana de Curitiba/PR. In: Ojima, R. & Marandola JR, E. (Orgs.). *Mudanças climáticas e as cidades: novos e antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social*. São Paulo: Blucher.
- Douglas, M. & Wildavsky, A. (2012). *Risco e Cultura* – Um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais. Rio de Janeiro: Editora Elsevier.
- Galeano, E. (2006). A caminho de uma sociedade da incomunicação? In: Moraes, D. (org.). *Sociedade Mediatizada*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.
- Girardi, I *et al.* (2011). Jornalismo e Sustentabilidade: as armadilhas do discurso. In: Girardi, I., Loose, E., Baumont, C., C. (2011). *Ecos do Planeta: Estudos sobre Informação e Jornalismo Ambiental*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Hannigan, J. (2009). *Sociologia Ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Imbert, G., Beneyto, J., V. (1986). *El país, o la referencia dominante*. Barcelona: Editorial Mitre.
- Karam, F., J., C. (2004). *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus.
- Neveu, E. (2006). *Sociologia do Jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola.
- Porto-Gonçalves, C., W. (2006). *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Veyret, Y. (2007). *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto.
- Yearley, S. (1992). *The green case – a sociology of environmental issues, arguments and politics*. Londres: Routledge.

Date of submission: July 22, 2014

Date of acceptance: February 24, 2015